

Coragem na Argentina

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 17.01.05

Desde o início dos anos 90, quando a ideologia neoliberal pregada por Washington e Nova York tomou conta dos países latino-americanos, uma das formas de saber se um governo está tendo um mau desempenho é medir o quanto ele é elogiado pelos dirigentes econômicos e financeiros situados nessas duas cidades. O caso da Argentina, nesse sentido, é exemplar. Durante os anos 90, os elogios para a política econômica desenvolvida por Menem eram rasgados, refletindo sua submissão às recomendações vindas do norte. O resultado nós sabemos qual foi. No governo De la Rúa, alguns daqueles dirigentes se deram conta do rumo desastroso para o qual caminhava a economia argentina, mas então já era tarde.

Nestes últimos dois anos aconteceu o inverso. Desde que a Argentina apresentou sua proposta de limitar a 25% (afinal aumentados para 32%) o pagamento de sua dívida externa pública, ao mesmo tempo em que se recusava a tomar determinadas medidas "exigidas" pelo FMI, começou um processo de tentativa de desmoralização do presidente Néstor Kirchner. Ele seria um "populista", um "nacionalista", um "desenvolvimentista" que não cumpria contratos nem respeitava a propriedade. A proposta de renegociação da Argentina seria absurda, um "abuso", um "calote" que não tinha a menor possibilidade de ser aceita pelos credores. E, mais ainda, a Argentina estaria "chantageando" o FMI. Lembro-me de ter ouvido essa última frase pessoalmente, em Washington -o que me levou a uma resposta indignada em defesa da política que Kirchner e seu ministro da economia, Roberto Lavagna, vêm desenvolvendo com tanta competência e coragem.

Essas acusações foram naturalmente repetidas no Brasil por economistas e jornalistas que imaginam defender a ordem e a propriedade, identificando-se com as políticas econômicas vindas do norte. É fácil, portanto, perceber a surpresa que tiveram quando, de repente, quase concomitantemente com a aprovação pela SEC (comissão de valores mobiliários dos EUA) da oferta de reestruturação da dívida apresentada no fim de outubro pela Argentina, a Folha publicou a notícia de que os economistas do maior banco americano, o Citibank, haviam produzido um relatório em que afirmavam que "a Argentina é uma opção de investimento, no médio prazo, mais atraente que o Brasil". Evidentemente, esse relatório não era para o público externo. É apenas o resultado do trabalho de bons economistas, que, em certos momentos, quando estão livres das diretrizes que emanam formal ou informalmente de suas instituições, não confundem teoria econômica com interesses.

Não vou aqui discutir se os economistas têm ou não razão em sua comparação. O que está claro, porém, é o quanto estavam equivocados os críticos ideológicos da política

econômica argentina. A economia argentina cresceu mais de 8% nos últimos dois anos, sua taxa de juros básica é muito menor do que a brasileira, o governo não está deixando que o peso volte a se valorizar e a política fiscal argentina vem sendo tão ou mais firme que a brasileira. Em termos estruturais, a economia brasileira tem vantagem sobre a Argentina graças a uma indústria mais sofisticada e diversificada. Não resta dúvida, porém, que a política macroeconômica argentina é melhor do que a brasileira.

Por quê? Em parte, precisamente porque é uma política nacionalista ou patriótica e porque é desenvolvimentista, voltada para o crescimento da renda e do emprego. Mas não é populista, nem do ponto de vista fiscal nem do cambial. O que ela é, mais do que qualquer outra coisa, é uma política corajosa, que reconheceu que a Argentina, depois da terrível crise por que passou, vivia tempos anormais e que, em tempos dessa natureza, é preciso ter a coragem de tomar medidas heróicas. Se Néstor Kirchner governasse a Suíça ou os Estados Unidos, não precisaria reconhecer a existência de tempos anormais e agir com coragem. Poderia ficar simplesmente com os princípios da prudência e da austeridade que devem presidir situações dessa natureza. Mas esse não era, definitivamente, o caso da Argentina.

Será o caso do Brasil? Sobre muitos aspectos, o Brasil já vive, felizmente, termos normais. A alta inflação foi debelada em 1994; o grave desequilíbrio cambial foi eliminado e a taxa de endividamento externo caiu substancialmente com o extraordinário aumento das exportações; o ajuste fiscal vem sendo realizado desde 1999. Entretanto ainda resta um desequilíbrio macroeconômico fundamental e estrutural: o nível absurdo da taxa de juros Selic. E, para enfrentar esse último grande problema, é preciso coragem. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, teve a coragem de declarar, na última semana, na Basileia, que "a política monetária no Brasil é moderada", mas é de outra coragem que eu estou falando. É a coragem de reconhecer que o país se encontra em uma armadilha estrutural de juros básicos altíssimos e iniciar uma estratégia para reduzi-los.

Um tal reconhecimento e a busca da respectiva estratégia não estão, porém, na agenda do país. A agenda está limitada à discussão sobre qual deve ser o nível da meta de inflação e se um aumento ou diminuição de 0,5 ponto percentual é coerente ou não com essa meta. Para mudar a agenda do país, o presidente Lula e seu ministro da Fazenda precisariam de coragem. Da coragem que não tem faltado ao presidente argentino. Os brasileiros, porém, aprenderam a contentar-se com pouco, e a política macroeconômica não mudará. Resta, porém, aos que a apóiam, uma esperança mesquinha: de que a Argentina não alcance um número suficiente de adesões a seu plano de reestruturação da dívida.